

Atuação do Terceiro Setor da Economia na Geração de Emprego e Renda

¹Nathan Peixoto Oliveira (nathanpeixot@yahoo.com.br), ²André Martins de Oliveira (andre_martin1@hotmail.com), ³Rômulo Henrique Gomes de Jesus (romulohenriquegomes@hotmail.com), ⁴Thales Volpe Rodrigues (thales.volpe@hotmail.com), ⁵Gustavo de Oliveira Andrade (andrade.goliveira@gmail.com)

^{1,2}Université de Bordeaux, 33000, Bordéus-AQ, França ^{3,4}Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 84016-210, Ponta Grossa-PR, Brasil, ⁵Instituto Federal do Rio de Janeiro, 27197-000, Pinheiral-RJ, Brasil

Resumo: Nas últimas décadas, observa-se um crescimento do terceiro setor da economia e sua atuação na sociedade. Historicamente, o conceito destas organizações confundiu-se com muitas outras definições, como a de filantropia ou algo ligado à igreja. Porém, nos dias atuais, estes tipos de organizações vêm tomando corpo e forma própria e por meio de práticas solidárias, contribuem para a geração de emprego e renda. Diante de uma demanda cada vez maior da sociedade por ajuda e apoio, estas organizações muitas vezes desenvolvem o papel do Estado. No qual grande parte excluída pelo mercado formal de trabalho (e pela sociedade), é atendida nestas organizações. Apesar do que dizem muitos estudos, nas organizações do terceiro setor é onde podemos perceber mais facilmente outras formas de gestão, dentre elas, práticas como a autogestão, trabalho em grupo e responsabilidade mútua. O que na maioria das vezes parece ser muito mais teórico, para quem trabalha no primeiro e segundo setores da economia, é muito mais praticado nas organizações do terceiro setor. Deste modo, o objetivo desta pesquisa é estudar o comportamento e, principalmente, a atuação do terceiro setor da economia nas cidades, até que ponto elas suprem uma demanda da sociedade por mais empregos e, conseqüentemente, geração de renda que a princípio seria requisito governamental. Será utilizado ainda um estudo de caso em uma ONG para estabelecer uma relação entre os conceitos e resultados apresentados neste trabalho.

Palavras chave: Economia Solidária, Terceiro Setor, Renda, Emprego.

Performance of the Third Sector of Economics in Employment and Income Generation

Abstract: In the last decades, there has been a growth of the third sector of the economy and its performance in society. Historically, the concept of these organizations has been confused with many other definitions, such as philanthropy or something connected with the church. However, nowadays, these types of organizations are taking their own shape and form and through solidarity practices, contribute to the generation of jobs and income. Faced with a growing demand from society for help and support, these organizations often develop the role of the state. In which much of it is excluded by the formal labor market (and society), it is served by these organizations. Despite what many studies say, in organizations in the third sector is where we can most easily perceive other forms of management, such as practices such as self-management, teamwork and mutual responsibility. What most often seems to be much more theoretical for those working in the first and second sectors of the economy are much more practiced in third sector organizations. Thus, the objective of this research is to study the behavior and, mainly, the performance of the third sector of the economy in the cities, to what extent they supply a society demand for more jobs and, consequently, income generation that would be a requirement governmental. It will also be used a case study in an NGO to establish a relationship between the concepts and results presented in this work.

Key-words: Solidarity Economy, Third Sector, Income, Employment.

1. Introdução

1.1 Contextualização

O terceiro setor da economia é um termo utilizado que inclui instituições não pertencentes ao Estado (primeiro setor) e ao mercado (segundo setor). Começou a ser utilizado na década de 70 nos EUA para designar o conjunto das organizações não-lucrativas, caiu em desuso nos anos 80 e ressurgiu nas últimas décadas. O terceiro setor ainda pode ser chamado de setor independente, filantropia, caridade, economia social, dentre outros (CARRION, 2000).

Este setor da economia tem se tornado cada vez mais relevante, atuando onde o Estado não possui capilaridade e fora da abrangência do mercado devido à falta de capacitação, à situação marginal, ao desemprego ou uma situação de subemprego (RIGO; OLIVEIRA, 2008).

1.2 Definição do problema

Um dos desafios de toda nação é o desemprego, que impacta e desencadeia fatores secundários na sociedade. Com este fim, as práticas solidárias por meio de organizações sem fins lucrativos vêm atuando para aumentar a inclusão socioeconômica e melhorar as condições de renda e empregabilidade.

Todavia, necessita-se de uma maior clareza como a atuação do terceiro setor da economia gera emprego e renda nas cidades para a população que não possui ponto de tangência com Estado e o setor privado.

1.3 Objetivos

Este trabalho visa então identificar estudar a forma como o terceiro setor se utiliza de práticas solidárias para gerar crescimento social e econômico. Mais especificamente, deseja-se:

- a) Analisar a relação de trabalho através da autogestão;
- b) Entender seu campo de atuação e
- c) Descrever o histórico e fundamentos da ONG Guardiões do Mar, objeto de estudo.

1.4 Justificativa

O presente trabalho mostra-se importante para a sociedade na medida que as organizações do terceiro setor vêm atuando para diminuir as desigualdades sociais geradas pelo desemprego. Além disso, como modelo de negócio, o estudo mostra-se relevante por analisar mais profundamente novas formas de gestão e trabalho.

1.5 Metodologia

Primeiramente será exposta às referências sobre o terceiro setor, explicitando seu histórico. A partir disso será exposto como estas organizações se organizam. O capítulo ainda apresenta a função e papel das organizações do terceiro setor na sociedade.

Em seguida a pesquisa toma como base de estudo a economia solidária. O presente estudo mostra a quem as práticas de economia solidária atende, como são realizadas estas práticas e como geram emprego e renda para o local onde estão inseridas. Também será apresentada uma comparação entre a economia de mercado e a economia solidária.

Após, tem-se uma abordagem sobre o comércio justo, uma prática antiga, reconhecida no mundo inteiro e que predomina nestes tipos de organizações. No final será apresentado um

estudo de caso, no qual se fará uma ligação entre o que foi exposto com as teorias com que se observa na prática.

Segundo Vergara (2010), a pesquisa pode ser dividida quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins estão incluídas as seguintes pesquisas: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada, intervencionista. E quanto aos meios pode ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Desta forma, quanto aos fins, a pesquisa será exploratória, e descritiva. Quanto aos meios, a pesquisa utilizará a pesquisa de campo, bibliográfica, documental e um estudo de caso:

- a) Pesquisa de campo: por meio de questionário do tipo fechado relacionando a realidade vivida na ONG Guardiões do Mar;
- b) Pesquisa bibliográfica: livros, revistas, teses e artigos pertinentes ao assunto;
- c) Pesquisa documental: documentos da própria ONG e
- d) Estudo de caso: análise da forma de gestão da ONG.

O universo da pesquisa de campo foram os trabalhadores da Cooperativa Recooperar de Catadores de Materiais Recicláveis de São Gonçalo, no qual é uma das cooperativas afiliadas a ONG Guardiões do Mar. A amostra é não probabilística e foi definida de acordo com a acessibilidade e por julgamento sendo composta por 11 trabalhadores desta cooperativa. O que representa aproximadamente 65% do universo de 17 pessoas.

Os dados obtidos serão tratados de forma não estatística. Os questionários respondidos serão analisados, terão as respostas tabuladas, para apresentação posterior em uma forma mais estruturada.

2. Revisão da literatura

2.1 O terceiro setor

De acordo com o autor, podemos entender onde surge a expressão terceiro setor:

As discussões sobre o desenvolvimento de um dito “terceiro setor” têm como marco conceitual o final da década de 1970, quando John D. Rockefeller Third cunha a expressão “third sector”, na “Commission on Private Philanthropy and Public needs”, através de uma pesquisa que demonstrava a abrangência das iniciativas privadas com caráter público e sua integração com a esfera estatal dentro da sociedade norte-americana (DEBEI, 2007).

No Brasil, houve o marco para as organizações do terceiro setor foi a constituição do Brasil (1988), também conhecida como a “constituição cidadã”, ela foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988. Na Constituição Federal são definidos os direitos e deveres dos cidadãos, sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos. O direito a se associar foi garantido pela constituição, artigo 5º, parágrafo XVIII. Pela primeira vez na história o cidadão tinha seu direito garantido

Para um melhor entendimento do conceito de empresa sem fins lucrativos, Martins (1998) descreve como “agentes privados orientados para o interesse público, cujo atendimento via produção de bens e serviços não se destina a gerar patrimônio particular”. A maioria dos profissionais que atuam nestas organizações não recebem remuneração, trabalham com serviços voluntários. Os lucros precisam ser reinvestidos, não podendo ser divididos entre os

funcionários como forma de prêmios ou salários.

O autor Debei (2007) posiciona-se da seguinte forma.

[...] quando voltamos nossa atenção a formulação norte-americana, que distingue essas organizações como "sem fins lucrativos" [...] logo se diferenciam das empresas privadas, pois, apesar de investirem em projetos sociais, sua característica distintiva é sua finalidade, ou seja, a obtenção do lucro (DEBEI, 2007, p.3).

Segundo Landim (1998), pode-se identificar as formas em buscar os direitos de todos, que muitas vezes são suprimidas como uma das principais funções do terceiro setor. Conforme Ribeiro (1997) o terceiro setor se fortalece cada vez mais como um ator na relação de trabalho entre Estado e sociedade.

Na tentativa de definir e compreender o terceiro setor, Thompson (1997, p. 41) definiu como o setor que "trata de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público".

Na medida que cresce o desemprego o individuo acaba se excluindo dos direitos dele como cidadão, mas segundo Carrion (2000) a atuação do terceiro setor pode ser uma alternativa na resolução deste problema.

Almeida e Espejo (2012) demonstram, conforme Tabela 1, a evolução das entidades sem fins lucrativos constantes no Cadastro Central de Empresas desde 1996 até 2005. Pode-se observar, por exemplo, que houve um aumento de 215,1% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos no mesmo período.

Tabela 1 – Entidades constantes no Cadastro Central de Empresas

Entidades constantes no Cadastro Central de Empresas	Números absolutos			Variação (%)		
	1996	2002	2005	2002/1996	2005/1996	2005/2002
Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos - FASFIL	107.332	275.895	338.162	157,0	215,1	22,6

Fonte: Adaptado de Almeida e Espejo (2012)

Para Lipietz (1997) o terceiro setor atua de forma significativa na construção da cidadania, principalmente pelo fato do desemprego. Com isso, ele propõe quatro áreas para atuação das organizações do terceiro setor: a inserção social e profissional, serviços de utilidade comunitária, produção de patrimônio coletivo e atividades culturais.

2.2 Economia solidária x Economia de mercado

Segundo Scherer-Warren (2008) devido a falta de oportunidades para todos, as organizações de pessoas na busca de uma vida mais digna, trabalham com práticas participativas, de cooperação e autogestão, tendem a buscar soluções onde o Estado não consegue atuar de forma eficaz na criação de emprego e renda para todos.

Para Azambuja (2009) as iniciativas de Economia tentam corrigir um problema histórico, no qual certo tipo de pessoas ou classes foram e continuam sendo excluídas. Essa atuação pode acontecer de diversos modos, no qual estas precisam estar organizadas na forma de autogestão. O fato mais importante é que todos têm a mesma parcela de responsabilidade na gestão e produção dentro da organização.

A economia Solidária deve ser repensada de tempos em tempos, conforme ressaltam Singer e Souza (2000). É um meio de se produzir periodicamente atualizado e que tem como intuito

inserir novos membros no mercado de trabalho e na economia, buscando novas frentes de atuação e em oposição ao modo capitalista atual.

A economia solidária pode ser entendida como a busca das pessoas que estão fora do mercado de trabalho, e trabalham coletivamente para mudar essa realidade (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13). Singer (2008) complementa dizendo que a economia solidária é fundamental para suprir a geração de empregos, sendo esta função mais importante que no capitalismo já que atua também no lado social.

Singer, Silva e Schiochet (2014) acreditam que as pessoas que estão fora do mercado de trabalho para serem realmente inseridos novamente, precisam de oportunidade real de crescimento, e aprendizado, e não de políticas assistenciais.

Segundo Gaiger (2015), apesar do crescimento de uma economia, esta não consegue inserir no mercado todos que estão excluídos. Além disso, o Estado não consegue ter políticas de realocação dos menos favorecidos. Assim, a economia solidária parte do princípio de cooperação, desde a gestão até os meios de produção. Esta, talvez seja a grande contraposição à economia capitalista.

Diante do cenário econômico encontrado nos dias atuais, Razeto (1997):

Entende a Economia Solidária como um processo constante e difuso de inserção de práticas econômicas de caráter solidário no seio da estrutura econômica atual, isto é, a solidariedade como força transformadora da Economia desde dentro desta, resultando em uma nova racionalidade econômica (RAZETO, 1997, p. 286-287).

Na perspectiva do autor a Economia Solidária não seria um ponto de ruptura com a economia capitalista, mas na verdade "[...] um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado por profissionais, e atividades financiadas por subsídios estatais" (SINGER, 2004, p. 7).

Para Mance (1999) a economia solidária apesar de ser um sistema com bases diferentes do capitalismo, não devem ser vistas como opositores no mercado, mas precisam caminhar juntos.

2.3 O comércio justo

As várias formas dos empreendimentos solidários é inegável e dentre eles existe ainda o Comércio Justo teve seus primeiros sinais na década de 50 e tem os seguintes princípios básicos (TOMEI, 1984):

- a) A produção democrática: por meio de cooperativas e líder eleitos;
- b) Remuneração justa: todos envolvidos na produção devem receber um valor "justo";
- c) Respeito a legislação: respeito as leis nacionais e internacionais;
- d) Responsabilidade social: zelo não só com o produtor, mas também com sua família e
- e) Relação com o meio ambiente: manter uma relação saudável e sem agressão.

Segundo o Colectivo Espanica (2019), nesta nova relação comercial surgem três atores principais: os produtores, no qual são, normalmente, os excluídos do mercado, consumidores solidários conscientes, hoje denominados como consumerismo, pessoas que estão dispostas a pagar mais pelo consumo consciente e pelos intermediários (ONGs).

O consumerismo, do inglês *consumerism*, surge como uma resposta ao consumismo, apesar

dos termos serem parecidos os significados não são. O primeiro é uma resposta da sociedade a desigualdade na relação fornecedores x consumidores, e busca atenuar o poder do mercado nestas relações (RIOS; LAZZARINI; NUNES JR., 2001).

Ainda nesta perspectiva, para Lipietz (1992), a preservação do meio ambiente e o bem-estar da humanidade é possível através da limitação da corrida consumista. Para Ramos (1989), além da importância da dimensão subjetiva para os trabalhadores, a dimensão substantiva é suma importância também.

Segundo Renard (2003), o Comércio Justo é uma diferenciada, ele entende que as relações econômicas podem coexistir com as relações de cooperação, ou seja, em um ambiente econômico uma não precisa sumir em detrimento da outra. E seus objetivos são: segurança, autossuficiência, *empowerment* e equidade.

Segundo Ramos (1989) o tema desenvolvimento sustentável é baseado em três vértices: econômica, social e ambiental. E essa sustentabilidade é alcançada pelas tecnologias sociais (produtos, técnicas e metodologias), no qual buscam através do contato com a comunidade, mudanças em sua realidade social. (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

Para Singer (2002, p. 9), “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

Para Laforga (2005), o comércio justo pode ser apresentado de várias formas, porém a principal é a aquele praticado pelas ONGs e pela Igreja. Ainda que a confiança seja a base da compra, ou seja, a confiança no local onde realiza a compra, o produto faz parte do comércio justo, já que não existe nenhum selo comprovando que o produto é fruto de comércio justo.

No Brasil, o comércio ético e solidário surge como uma nova forma de oportunidade aos trabalhadores que estão excluídos ou em desvantagem economicamente, no qual a maioria são trabalhadores assalariados, produtores e agricultores familiares. Segundo o autor, este comércio baseia-se em 5 premissas básicas: relações éticas, transparentes, corresponsabilidade, remuneração justa e relações solidárias da economia (FRANÇA, 2003).

3. Estudo de caso

As ONGs são organizações, de finalidade pública, atuam em diversas áreas. As ONGs possuem funções importantes na sociedade, pois seus serviços chegam em locais e situações em que o Estado é pouco presente. Muitas vezes as ONGs trabalham em parceria com o Estado. As ONGs obtêm recursos através de financiamento dos governos, empresas privadas, venda de produtos e da população em geral, através de doações. A grande parte da mão-de-obra que atua nas ONGs são formadas por voluntários.

A ONG Guardiões do Mar que se localiza na cidade de São Gonçalo, com fundação datada de 19 de março de 1998, com patrocínio da Petrobrás desde 2002. Ela apresenta um histórico de gestão participativa e comunitária, onde alia a preservação ambiental, através do uso de material reciclável pós-consumo, tanto na área do artesanato (reaproveitamento), quanto na área do atacado (reciclagem). Com isso a ONG funciona como uma incubadora de inúmeras cooperativas que transformam estes materiais recicláveis em fonte renda. Segundo estimativas da própria ONG, hoje são atendidas aproximadamente 245 famílias.

As principais atividades da ONG são:

– Envolver lideranças comunitárias promovendo a troca de informações e o entrelaçamento

de valores e ideias em comum;

- Possibilitar a multiplicação de iniciativas e o crescimento de oportunidades na área de economia solidária;
- Beneficiar diferentes grupos que atuam na área de economia solidária;
- Incubação de grupos produtivos na área de economia solidária, com desenvolvimento de associações e/ou cooperativas;
- Realização de Tecnologias Sociais voltadas para melhoria de qualidade socioambiental;
- Descoberta, nas comunidades menos assistidas, de empreendedores. O corpo de profissionais da Instituição capacita e os orienta para desenvolverem plenamente suas potencialidades;
- Publicação de bibliografia de Educação para o ambiente;
- Produção de eventos culturais, sociais e educacionais;
- Criação e execução de Projetos socioambientais;
- Gestão financeira e operacional de Programas/Projetos e
- Produção de eventos sociais, culturais e educacionais.

A Missão da ONG é “Preservar e proteger ecossistemas naturais usando de estratégias que levem ao desenvolvimento autossustentável, tratando o homem, como principal componente do meio.”

A cidade de São Gonçalo está localizada na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, possuindo a 2ª maior população do Estado, com mais de 1 milhão de habitantes, com uma área territorial de aproximadamente 250 mil Km². A cidade é conhecida como “cidade dormitório” visto que grande parte da sua população trabalha em outras cidades, mais importantes economicamente, como Niterói e Rio de Janeiro. O presente trabalho busca ampliar a visão sobre a geração de emprego na cidade, onde existem muitas pessoas desqualificadas e uma alta taxa de desemprego, e como as instituições do terceiro setor da economia atuam de forma decisiva para a mudança desta realidade.

3.1 Aplicação do questionário

Para uma análise mais profunda do tema optou-se por aplicar um questionário em uma das cooperativas que trabalham com a ONG Guardiões do mar, analisando o resultado dos questionários aplicados em 11 trabalhadores da Cooperativa Recooperar de Catadores de Materiais Recicláveis de São Gonçalo que faz parte da ONG Guardiões do Mar, o que equivale a aproximadamente 65% do total de trabalhadores desta cooperativa (17).

A público escolhido foi definida pelos seguintes motivos:

- a) Indicação do corpo pedagógico/administrativo da ONG Guardiões do Mar e
- b) Seleção de pessoas chaves que representassem boa fonte de informações para a pesquisa.

Esta cooperativa trabalha com o reaproveitamento de materiais recicláveis. Eles separam os materiais coletados ou recebidos em um grande galpão para depois vendê-los.

Em 2010, a Recooperar São Gonçalo foi premiada pela Fundação Banco do Brasil, através do "Valores do Brasil", na área de Educação Ambiental.

Após aplicação dos questionários tivemos os seguintes resultados:

- Aproximadamente 82% dos respondentes já trabalhavam antes de entrar para a cooperativa, enquanto 18% não tinham nenhuma fonte de renda;
- Dos que trabalhavam apenas 12% tinham trabalho formal;
- Os 88% que tinham algum tipo de trabalho informal, tinham como principais fontes de renda: aproximadamente 37,5% obtinham sua renda somente fazendo “bicos”, 50% tinham um trabalho fixo, porém informal e 12,5% dos respondentes responderam que sua renda vinha de outra fonte;
- Quanto ao tempo de permanência nesta atividade informal: 37,5% ficaram entre 1 e 3 anos; enquanto 62,5% ficaram mais de anos;
- Questionado sobre a faixa de renda que recebiam antes de entrar na cooperativa: 60% responderam que recebiam até 1 salário mínimo, e 40% recebiam entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto 0% respondeu que recebia 3 salários ou mais.
- Perguntados sobre se houve um aumento de renda após entrar para a cooperativas, obtive os seguintes resultados: 37% afirmaram que tiveram um aumento, 18% responderam que recebem praticamente o mesmo e 45% disseram que sua renda diminui após entrar na cooperativa.
- 55% dos respondentes não possuem casa própria

Em relação ao maior benefício em trabalhar na cooperativa citado pelos respondentes foram: 10% segurança por estar empregado, realização pessoal e contribuir para a preservação do meio ambiente; 18% somente por realização pessoal; 36% entendem como maiores benefícios a realização pessoal e contribuir para a preservação do meio ambiente; 26% citaram apenas a contribuição para a preservação do meio ambiente; e 10% responderam a segurança e contribuir para a preservação do meio ambiente.

Analisando os resultados obtidos, não podemos concluir que neste caso a vida econômica dos trabalhadores melhoraram após entrarem para a cooperativa, visto que apenas 37% afirmaram que tiveram um aumento em sua renda, enquanto 45% disseram que pelo contrário tiveram uma redução em sua renda. De acordo com o exposto não se pode afirmar que a cooperativa aumentou a renda destes trabalhadores.

Deste mesmo modo também não é factível afirmar que a cooperativa gerou mais trabalho para a cidade, já que apenas 18% dos respondentes afirmaram não trabalhar antes de entrar para a cooperativa. Diante do resultado do questionário um resultado e benefício encontrado foi a formalização do emprego, ou seja, a maioria dos respondentes já trabalhavam mais quase 90% tinham algum tipo de trabalho informal, obtinham suas rendas fazendo bicos, com trabalhos não legalizados ou tinham qualquer outra fonte de renda.

Olhando exclusivamente para a parte econômica, não se chega a uma conclusão de melhora de renda, mas sim de uma formalização do emprego. Além deste pode-se citar ainda, mesmo que não seja o foco deste trabalho, a parte social e humana do trabalho realizado por essas cooperativas, como por exemplo a inserção destas pessoas em um convívio social, poder ter uma carteira assinada, autonomia do trabalho, preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar que em uma conversa informal com o Sr. Ronaldo em uma das visitas a cooperativa, ele informou que a cooperativa possui toda uma estrutura montada para

recebimento de óleo que já foi utilizado em casas, restaurantes, para o tratamento deste óleo e a venda posterior como combustível ou sabão. Com isso ele acredita que a cooperativa, e consequentemente os trabalhadores, ganharão muito, pois o valor deste óleo é mais atrativo no mercado, do que com o material que eles trabalham atualmente. Porém para isso eles ainda aguardam a liberação de uma licença por parte do INEA.

4. Discussão do tema e resultados

Após o Estudo de Caso e o desenvolvimento do referencial teórico, tentará se fazer uma análise de acordo com todas as partes do estudo.

Diante do trabalho exposto, podemos concluir que as organizações do terceiro setor surgem como uma resposta a informalidade e inclusão dos trabalhadores na vida em sociedade, no qual mesmo não melhorando suas condições econômicas se aproveitam de uma melhora social, estes trabalhadores menos favorecidos que estão a margem da sociedade, por falta de oportunidade, assistência do Estado ou excluído do mercado privado.

Podemos concluir ainda que o terceiro atua entre o público e o privado. Ele trabalha com políticas sociais de assistência e apoio que eram até então preocupações e deveres estatal. O público passa a não ser necessariamente o estatal. Mas também passa pela área privada, com geração de renda e agregação de valores aos produtos.

Estas organizações surgem como alternativas de inserção. No qual as pessoas buscam outros meios de resolver seus problemas dentro do opressor sistema capitalista e o modelo falido do Estado, no qual excluem estes.

Apesar não aumentarem a renda e as oportunidades para os trabalhadores, as cidades passam a ter um outro benefício através do trabalho realizado pelas empresas do 3º setor, eles inserem estas pessoas na parte econômica e social do município. Estes trabalhadores em um momento excluídos economicamente, passam a fazer parte deste meio. Por meio do trabalho desenvolvido na cooperativa, eles passaram a ter trabalhos formais, com contribuição para o INSS, por exemplo. Além de movimentar a economia da cidade, com as pessoas recebendo não ganhando mais, mas com mais segurança nos seus trabalhos, a confiança para comprar mais e contribuir de forma significativa para a economia da cidade.

Com isso, 88% dos trabalhadores (que trabalhavam informalmente) não geravam nenhum tipo de contribuição para o município de São Gonçalo, ou seja, não pagaram seus impostos. Com isso a cidade perde renda, e sem renda não é possível a cidade fazer investimentos em infraestrutura, saúde, segurança e educação. Os pilares que servem de base para o crescimento de uma sociedade. O que torna um “ciclo vicioso”, já que sem esses investimentos temos novos cidadãos chegando ao mercado de trabalho e sem as mesmas oportunidades.

O cidadão em um trabalho formal, gera renda para a cidade. O pagamento destas contribuições pelos cidadãos possibilita o Município devolver a população esse dinheiro em forma de investimento. Se uma das setas rompem o fluxo, seja com o cidadão que não contribui, devido ao desemprego ou a um trabalho informal, seja pelo município que não cumpre o papel dele, o fluxo se rompe e impossibilita o retorno do benefício a ambos. Assim da mesma forma que quanto maior a contribuição do cidadão, maior será os investimentos e maiores serão os retornos.

O crescimento econômico dos últimos anos do Brasil, deve-se principalmente ao aumento do

poder de compra das classes mais baixas da população. E diante do exposto percebe-se que estas organizações atuam diretamente nas mesmas.

5. Considerações finais

O método esteve sujeito a riscos e limitações durante a coleta e tratamento dos dados.

- Problema de o respondente não querer cooperar ou mentir;
- Preenchimento errado do questionário pelo respondente e
- Isenção de opinião pelo pesquisador na coleta e tratamento de dados.

Apesar de todo estudo feito, poderá não ter sido esgotado todo o assunto ou não ter sido abordado com a profundidade esperada. Apesar de tentar manter imparcialidade das análises dos dados, há de se ter em mente que é um processo difícil, que por ventura pode não ter sido alcançado como esperado.

Diante disso sugere-se uma pesquisa que ratifique o resultado encontrado, ou seja, que se faça um estudo para comprovar (ou não) a relação existente entre a formalização do emprego e o terceiro setor da economia.

A cada dia surgem novos modelos de gestão em administração. Os profissionais buscam cada vez mais participarem das decisões das empresas, e muitas empresas incentivam esta prática. Porém como já é sabido, o planejado não é o executado, então muitas destas praticas participativas ficam apenas na teoria. Este estudo pode ser ampliado buscando analisar como estas praticas associativas que dão certo nestas organizações podem mudar as estruturas organizacionais no futuro.

Referências

- ALMEIDA, V.E.; ESPEJO, R.A. Contabilidade no terceiro setor. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. Sociologias, Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, 2009.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. Tempo soc., São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov. 2000.
- COLECTIVO ESPANICA. El comercio justo: Origen y evolución. 2019. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/espanica/cjust.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- DEBEI, Audrey. Terceiro Setor: afinal do que se trata. Revista Eletrônica da FIA, v. 3., 2007.
- FRANÇA, Cassio Luiz de. (Org.). Comércio ético e solidário no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 79, p. 43-63, 2015.
- LAFORGA, Gilmar. Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo: alinhando convergências, apresentando desafios. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.
- LANDIM, L. Experiência Militante – Histórias das assim chamadas ONG's. In: LANDIM, L. Ações em sociedade – militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998.

- LIPIETZ, A. Uma economia a reconstruir. In: BARRÈRE, Martine (Coord.). Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento. São Paulo: Nobel, 1992.
- LIPIETZ, A. La société en sablier: la partage du travail contre la déchirure sociale, Paris, Éditions La Découverte, 1997.
- MANCE, Euclides A. A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARTINS, H. F.. Em busca de uma teoria da burocracia pública não-estatal: política e administração no terceiro setor. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 2, n. 3, p. 109-128, 1998.
- RAMOS, G. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- RAZETO, Luis. Los Caminos de la Economía de Solidaridad. Buenos Aires: Lumen-hvmanitas, 1997.
- RENARD, M. Fair trade: quality, market and conventions. Journal of Rural Studies, v. 19, n. 1, p. 87-96, 2003.
- RIBEIRO, S. M. R. Perspectivas da dinâmica institucional: a emergência do setor público não estatal. Brasília; Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 1997.
- RIGO, Ariádne Scalfoni; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Capital social, desenvolvimento local e *stakeholders*: o caso do projeto Urbe do SEBRAE. Cadernos EBAPE.BR, v. 6, n. 2, 2008.
- RIOS, Josué de Oliveira; LAZZARINI, Marilena; NUNES JR., Vidal Serrano. Código de Defesa do Consumidor comentado. São Paulo: Globo, 2001.
- RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória?. Caderno Crh, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.
- SINGER, Paul. Economia solidária. Estudos avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, pp.5-9, 2004.
- SINGER, Paul; SILVA, R.M.A. da; SCHIOCHET, V. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.
- SINGER, Paul; SOUZA, André R. A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.
- TOMEI, Patrícia A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 24, n. 4, p. 189-202, Dec. 1984.
- THOMPSON, Andrés. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 3o setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 41-48, 1997.
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração. 12 ed. Atlas, 2010.

APÊNDICE

Questionário aplicado na Cooperativa Recooperar

Nome Cooperado:

Cooperativa:

Estado civil: () Solteiro () Casado () Outro: _____

1 - Trabalhava antes de entrar para a cooperativa?

() Sim () Não

2 - Era emprego formal, ou seja, com a carteira assinada?

() Sim () Não

Favor responder as perguntas 3 e 4 se tiver escolhido "não" na resposta anterior.

3 - Qual era sua fonte de renda?

() Trabalhava informalmente, mas tinha uma renda mensal

() Fazia somente alguns "bicos"

() Outros

4- Quanto tempo ficou na atividade anterior?

() Até 1 ano

() Entre 1 e 3 anos

() Mais de 3 anos

5 - Em relação ao seu salário, qual era sua faixa salarial por mês?

() Até 1 salário mínimo

() Entre 1 e 2 salários mínimos

() 3 ou mais salários mínimos

6 - Sua renda aumentou após entrar para a ONG?

() Sim, aumento () Não, diminuiu () Recebo praticamente o mesmo

7 - Possui residência própria?

() Sim () Não

8 - Em sua opinião qual(is) é(são) o(s) maior(es) benefício(s) de trabalhar na cooperativa?

() Segurança, por estar empregado.

() Realização pessoal, por poder gerar renda com seu trabalho.

() Contribuir para a preservação do meio ambiente.

() Outro(especificar): _____